

O ENSINO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Uma análise baseada na BNCC versus Realidade do Ensino público em Vitória da Conquista, Bahia

João Gabriel Silva Moura[1]
Alef de Moura Santos[2]
Franciele Sousa dos Anjos[3]
Jade Pereira de Sousa[4]

Palavras-chave: Campesinato; Campo; Educação

INTRODUÇÃO

A Geografia Agrária é uma disciplina fundamental para compreender, de forma transdisciplinar, os processos históricos de expropriação, apropriação e mercantilização de elementos humanos e naturais. Esses fenômenos podem ser analisados em diferentes períodos históricos, especialmente, através das categorias geográficas que articulam a relação sociedade-natureza. Um exemplo claro desse potencial analítico está na divergência entre os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. Embora ambos tenham o meio rural como objeto central, defendem modelos distintos de organização social e valorizam sujeitos diferentes dentro do campo. A análise da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), à luz dessa disputa de paradigmas, revela como o ensino da Geografia pode apoiar ou confrontar visões conflitantes sobre a gestão da sociedade e do território.

Dessa forma, a Geografia Agrária deve ocupar espaço de destaque no ensino básico, com abordagens amplas e justas sobre o meio rural. Um exemplo emblemático é o conceito de camponês, central nos debates agrários, cuja consolidação no Brasil exigiu

[1] Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, estudante.
[2] Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, estudante.
[3] Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, estudante.
[4] Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, estudante.

longo esforço educacional, como apontam as pesquisas[5] de Larissa Mies Bombardi, que trouxe importantes reflexões sobre a consequência do agronegócio na reprodução social.

Este resumo[6] propõe uma análise crítica do que a BNCC prevê para o ensino de Geografia Agrária em comparação com o que de fato aparece nos livros didáticos. Parte-se do entendimento de que a educação pública, especialmente nas ciências humanas, tem sofrido esvaziamento e precarização, numa tentativa de limitar a conscientização dos estudantes sobre a realidade agrária brasileira, marcada por expropriações, latifúndios, o avanço do agronegócio e a luta pela terra.

Foram analisados livros didáticos utilizados no ensino municipal, com destaque para um exemplar recente adotado no Complexo Integrado de Educação Básica de Vitória da Conquista e na Escola Municipalizada Fernando Spínola. Esse material se mostra representativo tanto pela precariedade de acesso, quanto por estar inserido no novo modelo educacional que unificou as ciências humanas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho baseia-se em conceitualizações como o campesinato e suas políticas rurais em uma perspectiva de Geografia Agrária Crítica, que enxerga nas questões do campo um conflito de interesses entre grupos populares, que buscam amparo e emancipação, contra grupos de grande poder aquisitivo, que possuem uma posição de poder e vantagem no meio rural, estando alinhados com o capital e agindo em prol de uma conservação do *status quo*.

Historicamente, no Brasil, a geografia agrária crítica foi construída alinhada com as autoras, com destaque, às pesquisadoras Larissa Mies Bombardi e Marta Inez Medeiros Marques. Essa visão crítica se estendeu na análise do conteúdo encontrado nos livros didáticos, que foram comparados com o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica para o ensino da Geografia Agrária.

Nesta análise, observa-se um exemplar dos livro didáticos empregados na educação básica: *Diálogos em Ciências Humanas - Consciência ambiental* (2021), e outros aplicados mais recentes que, em breve, veicularão em território conquistense, são eles: *Superação Geográfica* (2024), e *Geografia da Modernaplus* (2024). O primeiro livro vem da Editora Ática, e os dois últimos, da Editora Moderna. *Diálogos em Ciências Humanas* pode ser visto claramente como uma simplificação reformista da educação bem observada nos últimos anos que mescla de forma superficial disciplinas de ciências humanas, enquanto o *Superação Geografia* e o *Geografia ModernaPlus* são montados em um formato mais clássico em que se esforçam para subsidiar temas numa ótica fundamentada em conceitos geográficos.

O *Diálogo em Ciências Humanas* também aborda temas ligados à agricultura e natureza, sendo direcionados apenas para questões ambientais no capítulo 1: “Epidemias e a exploração da natureza”. O agronegócio é mencionado com a nomenclatura de

---

[5] BOMBARDI, Larissa Mies. **Atlas do Agrotóxico:** Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH-USP, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/43627393/Atlas_Agrot%C3%B3xico_Larissa_Bombardi>. Acesso em: 19 abr. 2025.

[6] Este resumo é produto de uma avaliação da disciplina *Interpretação das Espacialidades em Análise Regional* do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia - UESB, ministrada pela Profa. Ma. Fátima Crislaine Batista Rocha e pelo discente monitor Eric Eduardo Santos Silva.

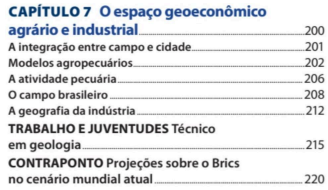
“agricultura empresarial”, com o termo “agronegócio” sendo subutilizado e colocado como uma informação extra na página 39 do capítulo 1 com a seguinte descrição:

"Agronegócio: rede de produção que abrange todas as atividades primárias, secundárias e terciárias ligadas à agropecuária: produção de sementes, adubos, tratores, frigoríficos, curtumes e muitas outras." (*Diálogos em Ciências Humanas*, 2020, p. 39).

Aspectos danosos dessa produção para o meio ambiente são abordados, mas o texto, em momento nenhum, aponta para uma solução que considere o campesinato aposto ao agronegócio. No capítulo 3: “Conferências, acordos e desenvolvimento sustentável”, a agricultura volta a ter destaque, sem mudanças de foco que vão além da pura questão da sustentabilidade. Faz-se uma breve apresentação de como comunidades tradicionais têm a sua importância para uma prática agrícola saudável, o que, nas discussões mais avançadas da geografia agrária, é um ponto de discussão bem importante. Mas, para além disso, os textos não avançam para as questões de conflitos e disputas ideológicas, indispensáveis em temas relacionados às comunidades tradicionais e ao agronegócio.

No livro *Superação Geografia*, observa-se uma riqueza de temas diversos sobre a Geografia com ênfase nas questões atuais, mas no que diz respeito à Geografia Agrária, percebe-se a reincidência de debates superficiais. No capítulo 7: “O espaço geoeconômico agrário”, tem-se uma abordagem mais aprofundada sobre o agronegócio e a diferenciação entre modos de vida rurais, embora tenha pontos fracos, como uma definição de agricultura familiar que não se aprofunda nas questões sociais críticas.

Imagem 01 - Capítulo 7 de Moderna SuperAção no sumário

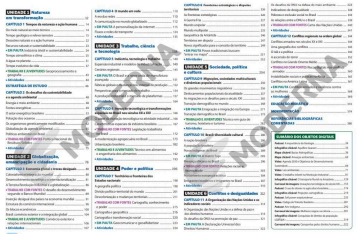


CAPÍTULO 7 O espaço geoeconômico agrário e industrial 200
A integração entre campo e cidade 201
Modelos agropecuários 202
A atividade pecuária 206
O campo brasileiro 208
A geografia da indústria 212
TRABALHO E JUVENTUDES Técnico em geologia 215
CONTRAPONTO Projeções sobre o Brics no cenário mundial atual 220

Fonte: MODERNA

Enquanto no livro *Geografia Moderna Plus*, observa-se uma omissão do ensino de Geografia Agrária, com nenhum capítulo dedicando um trecho de seu texto para dar foco às questões de maior relevância para o agronegócio e campesinato.

Imagem 2 - Sumário de Geografia Moderna Plus



Fonte: MODERNA

É possível observar também a relevância do ensino da Geografia Agrária partindo de uma relação campo *versus* cidade, onde as necessidades do campo sempre ficaram subentendidas à cidade, refletindo a apropriação intelectual da própria natureza do espaço e do próprio processo de colonização. Enquanto a educação sobre o campo e para o campo estiverem precarizadas, o acesso a determinados espaços mudam levando em conta essa segregação. De acordo com Moraes:

> O processo de independência do Brasil - arquétipo de uma modernização conservadora - não rompeu com estas determinações de heranças coloniais, antes

> as reciclou num novo ordenamento onde aparece um centro interno de comando do colonizador. Comando relativo, pois persiste a dependência externa como elemento estrutural da economia agora nacional (Moraes, 2007, p.14).

Em suma, fica claro que o processo da Geografia Agrária na educação vai além da falta de investimentos concretos e de inclusão da educação do campo nos currículos das escolas. Ainda é possível perceber que nem todos os traços negativos da educação sobre o campo foram superados. Há uma necessidade de transpor o discurso e debates institucionalizados dentro das escolas, de entender a Geografia Agrária como ciência social e política, sair dos temas básicos, como plantação de hortas, para mostrar de maneira didática através de bases referenciais, como os estudantes podem enxergar esses debates através do cotidiano. Além disso, dentre as políticas educacionais que foram aprovadas e conquistadas pela educação, o livro didático do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) apresentou uma proposta de valorização dos espaços rurais para o ensino fundamental I. Por meio desses livros, questiona-se se os alunos e professores tiveram a possibilidade de trabalhar com uma visão mais próxima da sua realidade.

Ademais, durante sua segunda edição, o programa foi encerrado em 2018. O cancelamento foi avisado através do informe n° 07/2018, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que afirmou que:

> O FNDE informa que, em decorrência de está em andamento a revisão de marcos legais da educação nacional,não haverá, para 2019, escolha específica de materiais para atendimento das escolas rurais. Sendo assim, tanto as escolas urbanas e as escolas rurais participaram da escolha do PNLD 2019. O registro da escolha será realizado no sistema PDDE-Interativo (Brasil, 2018, p.1).

Essa decisão representou um retrocesso significativo para a educação do campo, uma vez que desconsiderou as especificidades e necessidades pedagógicas das populações rurais. Ao unificar a escolha dos materiais didáticos para escolas urbanas e rurais, apagaram-se as conquistas anteriores que buscavam valorizar a identidade, a cultura e a realidade do campo dentro do processo educativo. Com isso, abre-se um cenário de desafios para educadores e comunidades que lutam por uma educação contextualizada, crítica e voltada para a transformação social desses territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira é vítima de um verdadeiro projeto de sucateamento em diferentes funções do ensino. Esse processo de empobrecimento de qualidade do ensino está diretamente relacionado com as ações de projetos elitistas, claramente de cunho neoliberal, que não só pretendem garantir um país que conserve estrutura de domínio e sujeição social, mas também um país que esvazie as novas gerações de informação que as garantam um olhar crítico a respeito desses temas de disputas ideológicas que em tanto afetam a ordem e estrutura social. Por mais que a grande maioria da população brasileira não seja rural, um cenário rural que esteja estruturado em uma contínua linha de injustiça histórica e supressão de lutas camponesas e que não tenha uma devida atenção crítica, será uma brecha para perpetuação de outras estruturas desiguais.

A análise entre as diretrizes da BNCC e a realidade do ensino público em Vitória da Conquista evidencia, por fim, um grande descompasso entre a teoria e a prática do ensino da Geografia Agrária. Embora a BNCC proponha uma abordagem crítica que valorize os saberes dos estudantes na leitura do espaço geográfico de suas diferentes dimensões, o

ambiente da escola revela obstáculos estruturais, pedagógicos e formativos que limitam o alcance do objetivo de ensino. A falta dos recursos didáticos, formação continuada para professores, carga horária reduzida e currículo engessado impedem o aprofundamento no tema tanto da Questão Agrária e dos conflitos no campo e atuação do agronegócio dentro do território brasileiro.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 107–117, 2003. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123836. Disponível em:<https://revistas.usp.br/geousp/article/view/123836>. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Informe de Encerramento do PNLD Campo. Brasília 2018. Disponível em:<https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Apoio_a_Gestao/2018/07.2018%20-%20Encerramento%20PNLD%20Campo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GUIMARÃES, Raul Borges; ARAUJO, Regina. **Modernaplus. Geografia.** São Paulo: Moderna, 2024.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. 2002. Anais... João Pessoa: AGB, 2002. Disponível em: <https://biblio.fflch.usp.br/Marques_MIM_17_1604736_AAtualidadeDoUsoDoConceitoDeCampones.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

MESQUITA, A. L.; ROSSETTO, O. C.; CANTÓIA, S. F. A Geografia Agrária na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Terra Livre,** [S. l.], v. 1, n. 54, p. 886–922, 2020. DOI: 10.62516/terra_livre.2020.1870. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1870>. Acesso em: 8 abr. 2025.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007. (Obra original publicada em 1994).

SILVA, Ângela Corrêa da; LOZANO, Ruy. **Superação geografia**. São Paulo: Moderna, 2024.

SOUZA FILHO, J. C. S. de; FERNANDES, M. J. C.; ARAÚJO, A. B. B. de; PINTO, L. R. da S.; MOURA, A. da S. Os efeitos da BNCC na temática de Geografia Agrária presente em livros de Ensino Médio. **Geografia Ensino & Pesquisa,** [S. l.], v. 28, p. e86743, 2024. DOI: 10.5902/2236499486743. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/86743>. Acesso em: 8 abr. 2025.

VICENTINO, Cláudio; CAMPOS, Eduardo; SENE, Eustáquio de. **Diálogos em Ciências Humanas**: Consciência Ambiental. São Paulo: Ática, 2021.